

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Joaquim da Barra.
Rua Pará, 110 - Vila Deienno - São Joaquim da Barra - SP.
CEP: 14600-000 - Fone: (16) 3811 - 3144 ☎(16) 99989-9149
CNPJ: 51.792.810/0001-69 - E-mail: apaesjm@hotmail.com
Utilidade Pública Estadual: Lei 6223/88.
Utilidade Pública Municipal: Lei 162/7

ANEXO RP-10 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR
DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS
TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO

ÓRGÃO PÚBLICO: Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: APAE de São Joaquim da Barra

CNPJ: 51.792.810/0001-69

ENDEREÇO E CEP: Rua Pará, 110 - Vila Deienno - São Joaquim da Barra/SP - 14.600-000

RESPONSÁVEL(IS) PELA OSC: Washyngton Augusto Fernandes

CPF: 863.034.148-34

OBJETO DA PARCERIA: Promoção do atendimento assistencial através do serviço de proteção especial de média complexidade, as pessoas com deficiência e suas famílias

EXERCÍCIO: 2024

ORIGEM DOS RECURSOS (1): Federal

DOCUMENTO	DATA	VIGÊNCIA	VALOR - R\$	
1º Aditivo Termo de Colaboração nº 022/2023	27/12/2023	01/01/2024 a 31/12/2024	47.520,00	
DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO				
DATA PREVISTA PARA O REPASSE (2)	VALORES PREVISTOS (R\$)	DATA DO REPASSE	NÚMERO DO DOCUMENTO DE CRÉDITO	VALORES REPASSADOS (R\$)
19/02/2024	6.316,91	19/02/2024	550.873.000.027.683	R\$ 6.316,91
01/03/2024	5.131,28	01/03/2024	550.873.000.027.683	R\$ 5.131,28
01/04/2024	6.336,00	01/04/2024	550.873.000.027.683	R\$ 6.336,00
02/05/2024	3.168,00	02/05/2024	550.873.000.027.683	R\$ 3.168,00
06/06/2024	3.168,00	06/06/2024	550.873.000.027.683	R\$ 3.168,00
01/08/2024	6.336,00	01/08/2024	550.873.000.027.683	R\$ 6.336,00
23/12/2024	9.504,00	23/12/2024	550.873.000.027.683	R\$ 9.504,00
(A) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				R\$ 0,00
(B) REPASSES PÚBLICOS NO EXERCÍCIO				R\$ 39.960,19
(C) RECEITAS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS DOS REPASSES PÚBLICOS				R\$ 436,73
(D) OUTRAS RECEITAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO AJUSTE (3)				R\$ 0,00
(E) TOTAL DE RECURSOS PÚBLICOS (A + B+ C + D)				R\$ 40.396,92
(F) RECURSOS PRÓPRIOS DA ENTIDADE PARCEIRA				R\$ 0,00
(G) TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO (E + F)				R\$ 40.396,92

(1) Verba: Federal, Estadual ou Municipal, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso.

(2) Incluir valores previstos no exercício anterior e repassados neste exercício.

(3) Receitas com estacionamento, aluguéis, entre outras.

O(s) signatário(s), na qualidade de representante(s) da APAE de São Joaquim da Barra vem indicar, na forma abaixo detalhada, as despesas incorridas e pagas no exercício de 2024 bem como as despesas a pagar no exercício seguinte.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO

ORIGEM DOS RECURSOS (4): Federal

CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA (8)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)	DESPESAS CONTABILIZADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (H)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (I)	TOTAL DE DESPESAS PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (J= H + I)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE (R\$)
Recursos humanos (5)			-	-	-
Recursos humanos (6)		-	-	-	-
Medicamentos	-	-	-	-	-
Material médico e hospitalar (*)	-	-	-	-	-
Gêneros alimentícios	-	-	-	-	-
Outros materiais de consumo	24.520,92	-	24.520,92	24.520,92	-
Serviços médicos (*)	-	-	-	-	-
Outros serviços de terceiros	9.964,41		9.964,41	9.964,41	
Locação de imóveis	-	-	-	-	-
Locações diversas	-	-	-	-	-
Utilidades públicas (7)	-	-	-	-	-
Combustível	5.911,59	-	5.911,59	5.911,59	-
Bens e materiais permanentes	-	-	-	-	-
Obras	-	-	-	-	-
Despesas financeiras e bancárias	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	-	-	-	-
TOTAL	40.396,92	-	40.396,92	40.396,92	-

(4) Verba: Federal, Estadual, Municipal e Recursos Próprios, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso.

(5) Salários, encargos e benefícios.

(6) Autônomos e pessoa jurídica.

(7) Energia elétrica, água e esgoto, gás, telefone e internet.

(8) No rol exemplificativo incluir também as aquisições e os compromissos assumidos que não são classificados contabilmente como DESPESAS, como, por exemplo, aquisição de bens permanentes.

(9) Quando a diferença entre a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO e a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO for decorrente de descontos obtidos ou pagamento de multa por atraso, o resultado não deve aparecer na coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE, uma vez que tais descontos ou multas são contabilizados em contas de receitas ou despesas. Assim sendo deverá se indicado como nota de rodapé os valores e as respectivas contas de receitas e despesas.

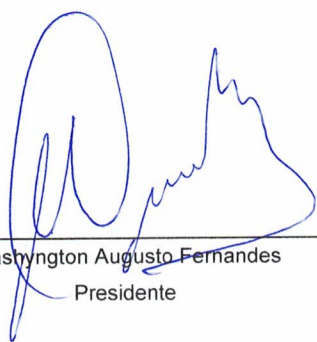
(*) Apenas para entidades da área da Saúde.

DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
(G) TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO	R\$ 40.396,92
(J) DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (H+I)	R\$ 40.396,92
(K) RECURSO PÚBLICO NÃO APLICADO [E – (J – F)]	R\$ 0,00
(L) VALOR DEVOLVIDO AO ÓRGÃO PÚBLICO	R\$ 0,00
(M) VALOR AUTORIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE (K – L)	R\$ 0,00

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que a despesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme programa de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Público Parceiro.

Local e data: São Joaquim da Barra, 10 de Janeiro de 2025.

Responsáveis pela Organização da Sociedade Civil:



Washington Augusto Fernandes
Presidente



Processo Administrativo n.º 653/2024

PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CONCESSOR

EXERCÍCIO DE 2024

NOME DA OSC: APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Joaquim da Barra

CNPJ: 51.792.810/0001-69

Responsável: Washyngton Augusto Fernandes

Telefone: (016) 3811-3144

E-mail: apaesjm@hotmail.com

Endereço: Rua Pará, 110 – Vila Deienno

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 022/2023

A presente Prestação de Contas da execução do Termo de Colaboração nº 022/2023 repassado à Organização da Sociedade Civil denominada **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Joaquim da Barra - APAE** no **exercício de 2024**, no valor abaixo indicado, foi analisada segundo os critérios do artigo 203 das Instruções nº 1/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, atualizadas pela Resolução nº 10/2024, de acordo com o que segue:

I - A localização e o regular funcionamento da beneficiária, descrevendo sua finalidade estatutária e descrição do objeto: O endereço (localização) da beneficiária está indicado acima, encontrando-se em regular funcionamento.

Sua finalidade estatutária é: Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes a proteção social e o pleno exercício da cidadania; promover a integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência; promover a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção da sua inclu-



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Rua Voluntário Geraldo, 966 – Centro – Telefone: (16) 3818-2755

E-mail: assistenciasocial@saojoaquimdabarra.sp.gov.br

são à vida comunitária, no enfrentamento dos limites existentes para as pessoas com deficiência, de forma articulada ou não com ações educacionais ou de saúde, por meio de serviços, programas ou projetos socioassistenciais; prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência; oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

O objeto da parceria é: Prestação de serviços socioassistenciais de proteção especial de média complexidade – pessoas com deficiência, conforme plano de trabalho apresentado pela OSC.

II - Relação dos repasses concedidos, identificando número, data e valor dos respectivos documentos de crédito, por fonte de recursos, bem como os rendimentos financeiros auferidos:

Número	Data	Valor dos documentos de crédito (R\$)	Fonte de Recursos	Rendimentos financeiros auferidos (R\$)
01	19/02/2024	R\$ 6.316,91	550.873.000.027.683	R\$ 1,59
02	01/03/2024	R\$ 5.131,28	550.873.000.027.683	R\$ 62,78
03	01/04/2024	R\$ 6.336,00	550.873.000.027.683	R\$ 68,17
04	02/05/2024	R\$ 3.168,00	550.873.000.027.683	R\$ 28,56
05	06/06/2024	R\$ 3.168,00	550.873.000.027.683	R\$ 55,98
06	07/2024	R\$ 0,00	-	R\$ 70,96
07	01/08/2024	R\$ 6.336,00	550.873.000.027.683	R\$ 68,78
08	09/2024	R\$ 0,00	-	R\$ 45,88
09	10/2024	R\$ 0,00	-	R\$ 40,88
10	11/2024	R\$ 0,00	-	- R\$ 10,84
11	23/12/2024	R\$ 9.504,00	550.873.000.027.683	R\$ 3,99
Total		R\$ 39.960,19		R\$ 436,73

Valor do recurso repassado no exercício: R\$ 39.960,19

Rendimentos proveniente de aplicações financeiras: R\$ 436,73



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Rua Voluntário Geraldo, 966 – Centro – Telefone: (16) 3818-2755

E-mail: assistenciasocial@saojoaquimdabarra.sp.gov.br

Total de recursos disponível no exercício: R\$ 40.396,92

III - Datas das respectivas prestações de contas, bem como a aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade:

A Prestação de Contas foi entregue ao Departamento de Desenvolvimento Social na data de 13/01/2025.

Não houve aplicação de sanções por ausências de comprovação e/ou desvio de finalidade.

IV - Os valores aplicados no objeto do repasse, informando inclusive eventuais glosas:

Data do Repasse	Valor do Repasse (R\$)	Valor Aplicado (R\$)	Glosas (R\$)
19/02/2024	R\$ 6.316,91	R\$ 1.309,00	R\$ 0,00
01/03/2024	R\$ 5.131,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01/04/2024	R\$ 6.336,00	R\$ 6.058,91	R\$ 0,00
02/05/2024	R\$ 3.168,00	R\$ 5.013,80	R\$ 0,00
06/06/2024	R\$ 3.168,00	R\$ 1.504,50	R\$ 0,00
01/08/2024	R\$ 6.336,00	R\$ 3.401,69	R\$ 0,00
09/2024	R\$ 0,00	R\$ 6.344,59	R\$ 0,00
10/2024	R\$ 0,00	R\$ 1.217,00	R\$ 0,00
11/2024	R\$ 0,00	R\$ 2.048,70	R\$ 0,00
23/12/2024	R\$ 9.504,00	R\$ 13.498,73	R\$ 0,00
TOTAIS: (R\$)	R\$ 39.960,19	R\$ 40.396,92	R\$ 0,00

Os valores aplicados no exercício totalizaram R\$ 40.396,92, conforme apresentado abaixo:

Bens e materiais de consumo: R\$ 24.520,92

Serviços de terceiros: R\$ 9.964,41

Despesas com combustível: R\$ 5.911,59

V - A devolução de eventuais glosas, saldos ou autorização formal para sua utilização em

exercício subsequente: Não houve devolução referente glosas e o recurso foi liquidado ao final da vigência da parceria em 31/12/2024, não restando em conta saldo a ser devolvido para o órgão concededor.



VI - Se as atividades desenvolvidas com as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando o cumprimento do plano de trabalho, com exposição das razões da não consecução ou extrapolação das metas pactuadas: As atividades desenvolvidas são compatíveis com as metas propostas, bem como atingiram os resultados esperados conforme o plano de trabalho, sem extrapolação das metas pactuadas.

A OSC realizou reuniões para apoio e orientação familiar, visando prevenir agravos que poderiam desencadear rompimentos de vínculos familiares e sociais, assegurando a convivência familiar e comunitária, bem como atendimentos psicossociais, utilizando estratégias de trabalho em grupo, objetivando a participação ativa das famílias e promovendo a convivência dos participantes e o fortalecimento de vínculos afetivos. Além disso, foram desenvolvidas ações para a promoção da autonomia independência da pessoa com deficiência através de atividades de vida diária, como alimentar-se de forma adequada, realização de higiene pessoal e outros.

De acordo com o relatório da equipe de monitoramento que realizou a visita in loco em 11 de novembro de 2024, a OSC vem desempenhando o serviço segundo o plano de trabalho apresentado com eficiência e eficácia, mostrando um serviço de relevância dentro do município.

VII - O cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria: Houve integral cumprimento das cláusulas pactuadas, em conformidade com a regulamentação que rege a matéria. A OSC cumpriu as cláusulas pactuadas no plano de trabalho, atendendo a legislação/regulamentação pertinentes ao objeto da parceria.

VIII - A disponibilização, pela entidade do terceiro setor, dos documentos comprobatórios dos gastos efetuados com os recursos da parceria e sua devida contabilização, atestada pelo contador da beneficiária: A entidade do terceiro setor disponibilizou corretamente os documentos comprobatórios dos gastos efetuados com os recursos da parceria, que foram devidamente contabilizados e atestados pelo contador da beneficiária.



A OSC apresentou as RPs e extratos bancários no período de vigência do termo de colaboração e a prestação de contas encontra-se regular, o procedimento de análise da mesma segue a orientação emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nas conformidades dos manuais, das resoluções e dos pareceres.

IX - A conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, definidos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações: Não se aplica.

X - Que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e do número do ajuste, bem como do órgão/entidade repassador (a) a que se referem: Os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e do número do ajuste, bem como do órgão repassador a que se referem.

A prestação de contas foi apresentada mensalmente, com os devidos comprovantes de gastos e extratos bancários para conferência dos valores, e podem ser conferidas dentro do Processo Administrativo nº 653/2024.

XI - A disponibilização pela entidade do terceiro setor das respectivas certidões atualizadas acerca da regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolver gastos com pessoal: Não se aplica, por tratar-se de aquisição de bens, prestação de serviços e despesas com combustível, comprovados por notas fiscais dos fornecedores, conforme discriminados no plano de trabalho.

XII - O atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público: Foram atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público, durante todo o período de vigência da parceria. É notório a eficiência do serviço prestado pela OSC, com grande visibilidade na mídia municipal e na população em geral.



XIII - A existência e o funcionamento regular do controle interno do órgão ou entidade públicos concessionários, com indicação do nome completo e CPF dos respectivos responsáveis:

Existe e funciona regularmente o controle interno do órgão concessor (Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra), composto pelo seguinte membro:

- Queila Mara de Oliveira Nogueira Pimentel (CPF 377.235.098-47).

XIV - Comprovação de fiscalização:

a) A OSC apresentou os Relatórios mensais e anual de Execução do Objeto, assinados pelo seu representante legal, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, tendo sido verificada a sua regularidade;

b) A OSC apresentou os Relatórios mensais e anual de Execução Financeira, assinados pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas, verificando-se a sua regularidade;

c) O(a) gestor(a) abaixo assinado(a) não apresenta em anexo os relatórios quadrimestrais de visita técnica *in loco*, tendo em vista que não foi possível a realização da mesma durante a execução da parceria, porém foram analisados todos os relatórios de atividades mensais enviados pela OSC, além de acompanhamentos através do Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Apresenta relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, onde consta a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

XV - Que eventual rateio administrativo de custos indiretos realizado pela entidade do Terceiro Setor foi verificado e avaliado pelo poder público, quanto à razoabilidade, pertinência com o objeto, proporcionalidade e adequação das despesas: Não se aplica.

XVI - A regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade da prestação de contas examinada: conforme abaixo.



XVII - O cumprimento da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação): A OSC cumpre todos os dispositivos legais relativos à transparência de seus atos, possuindo todos os mecanismos necessários ao completo atendimento da Lei Federal N.º 12.527/2011, dos Artigos 78 a 82 do Decreto Federal N.º 8.726/2016 e do Comunicado SDG N.º 016/2018 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do seguinte sítio eletrônico (site): (<https://www.apaesaojoaquimdabarra.org.br/>), no qual foi verificada a divulgação de todas as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal N.º 13.019/2014, quais sejam:

- 1.) Termo de ajuste, com indicação da data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;
- 2.) Nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- 3.) Descrição do objeto da parceria;
- 4.) Plano de trabalho;
- 5.) Estatuto Social atualizado;
- 6.) Relação nominal dos dirigentes e empregados envolvidos na parceria, contendo a remuneração individualizada de cada um e os respectivos cargos ou funções, inclusive em relação às despesas de rateio (se houver);
- 7.) Valor total da parceria e valores liberados;
- 8.) Prestações de contas da parceria e sua situação (informação da data prevista para a sua apresentação ou a data em que foi apresentada e o prazo para a sua análise ou o resultado conclusivo);
- 9.) Atividades e resultados (relatórios periódicos e anuais de atividades);
- 10.) Lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas), com valores pagos e indicação do tipo de serviço, vigência e valor do Ajuste (PF e PJ), inclusive em relação às despesas de rateio (se houver);
- 11.) Balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos;
- 12.) Regulamento de compras e de contratação de pessoal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Rua Voluntário Geraldo, 966 – Centro – Telefone: (16) 3818-2755

E-mail: assistenciasocial@saojoaquimdabarra.sp.gov.br

Diante do exposto, as prestações de contas decorrentes da parceria indicada no presente Parecer Conclusivo foram consideradas em ordem, quanto ao seu aspecto formal, conforme itens acima atestados, as quais ficam **APROVADAS, SEM RESSALVAS.**

Ao Prefeito para homologação.

São Joaquim da Barra, 14 de abril de 2025.

Maria Angélica Venâncio Bastianini

Gestora das parcerias vinculadas à área de Proteção Social Especial

HOMOLOGAÇÃO DE CONTAS

Processo Administrativo nº 653/2024

Dispensa de Chamamento Público - Processo Administrativo nº 2958/2022

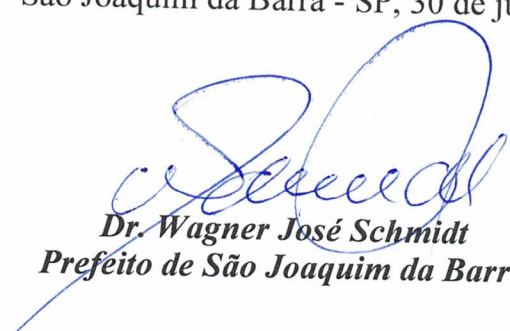
1º Aditivo ao Termo de Colaboração nº 022/2023

Face o constante dos autos referente ao Processo de Dispensa de Chamamento Público no qual a Organização da Sociedade Civil APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Joaquim da Barra, referente ao repasse Federal, objeto da prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial de média complexidade – pessoas com deficiência, conforme plano de trabalho apresentado pela OSC, uma vez que cumprem as exigências do edital e seus anexos das Leis nº 13.019/2014 e 13.204/2015.

É imprescindível que se faça a publicação dos atos conforme art. 38 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Em atenção, acato parecer exposto pelo(a) gestor(a) do Setor de Assistência Social, quanto às análises feitas na Organização de Sociedade Civil em questão e APROVO, sem ressalvas, (quanto ao acompanhamento e avaliação do(a) Gestor(a) e Comissão de Avaliação e Monitoramento) a prestação de contas conforme o artigo 69, § 5º da Lei Federal nº 13.019/2014 e artigo 66, inciso I do Decreto Municipal nº 881/2017.

São Joaquim da Barra - SP, 30 de junho de 2025.


Dr. Wagner José Schmidt
Prefeito de São Joaquim da Barra